



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

## **CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2026 EDITAL Nº 014/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26033/2025**

**TIPO DE LICITAÇÃO: Melhor Proposta Técnica.**

**JUSTIFICATIVA:** Concorrência presencial com inversão de fases, tendo em vista que a execução do serviço é de utilidade pública de transporte individual de passageiros no município de Indaiatuba, com previsão no art 17 § 2º. A sessão pública será registrada em ata, gravada em áudio e vídeo, e disponibilizada no site da Prefeitura de Indaiatuba.

O Município de Indaiatuba, através da Secretaria Municipal de Administração, por meio da Comissão Permanente de Contratação, nomeada pelo Decreto nº 15.489/2025, comunica que se encontra aberta na Prefeitura Municipal de Indaiatuba, a **Concorrência Pública nº 001/2026**, visando à **Outorga de Permissão para prestação do serviço de utilidade pública de transporte individual de passageiros em veículos automotores de aluguel – Táxi, na modalidade convencional, conforme condições estabelecidas neste edital e seus anexos, as quais deverão ser rigorosamente obedecidas.**

O edital e seus anexos estão disponíveis gratuitamente no “site” da Prefeitura Municipal de Indaiatuba no link <https://www.indaiatuba.sp.gov.br/administracao/licitacoes/editais-publicados/>.

Não haverá registro de baixa do edital, sendo assim, as empresas deverão acompanhar através do site da Prefeitura, no link acima especificado, todas as informações ali divulgadas, a exemplo de esclarecimentos e suspensão de abertura.

**Os envelopes com a Documentação e a Proposta Técnica, deverão ser entregues no Departamento de Protocolo da Prefeitura, sito à Avenida Engenheiro Fábio Roberto Barnabé nº 2800 - Jardim Esplanada II nesta cidade, até às 09:00 horas do dia 20/03/2026, impreterivelmente, mediante protocolo com horário expresso.**

**A abertura dos envelopes será às 09:00 horas do mesmo dia, ou seja, em 20/03/2026, na sala de reunião do Departamento de Licitações, no mesmo endereço citado acima.**

A licitação será processada e julgada em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, da Lei Federal nº 8.987/95, Lei Federal 12.587/12 e suas alterações, Lei Federal 9.503 Código de Trânsito Brasileiro, e suas alterações posteriores, normas complementares expedidas pelo CONTRAN e Decretos Municipais nº 13.798/2019 e 14.432/2021 e Lei Municipal 5.669/2009 e eventuais alterações legislativas futuras ou subseqüentes, realizadas a critério da Municipalidade e demais normas aplicáveis, bem como pelas deste edital e de seus anexos.

## **CAPÍTULO 1 - OBJETO E LOCAL**

1.1 - A presente licitação tem por objeto a **Outorga de Permissão** para exploração e execução do serviço de utilidade pública de transporte individual de passageiros em veículos automotores de aluguel - Táxi, modalidade convencional, executado no Município sob regime de permissão sempre a título precário e gratuito, outorgado por Decreto do Poder Executivo e consubstanciado pelo Certificado de Permissão, com tarifa atual fixada pelo



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

Decreto 14.454 de 27 de janeiro de 2022, conforme condições estabelecidas neste edital e seus anexos, as quais deverão ser rigorosamente obedecidas. O quantitativo de vagas ofertadas é de 15 (quinze) vagas, sendo distribuídas da seguinte maneira:

- a) Táxi convencional - 01 (um) lote composto de 15 (quinze) vagas, sendo que cada vaga será distribuída individualmente para cada pessoa física e/ou microempreendedor Individual – MEI, vencedor do certame.

## **Das vagas existentes**

**Distribuição das vagas em solo nos pontos de Táxis para distribuição de novos permissionários do Serviço de Transporte de Passageiros em Veículos Automotores de Aluguel – Táxi no Município de Indaiatuba**

<b>Nº PONTO</b>	<b>LOCAL DO PONTO</b>	<b>QUANT. VAGAS DO PONTO</b>	<b>VAGAS DISPONÍVEIS</b>
03	PRAÇA ANDREIA MARIA BONACHELLA - Rua dos Indaiás, Vila Costa e Silva	03	02
09	AVENIDA VISCONDE DE INDAIATUBA (VILA VITÓRIA) – Hospital Dia	03	01
11	PRAÇA TENENTE JOSÉ TANCLER (antiga Praça do Tejusa) - Rua Rêmullo Zoppi, Vila Georgina	05	01
12	HOTEL TRAVEL INN WISE (antigo Ponto do C.E.T) - Rua Pará	05	01
14	TERMINAL ÁRIO BARNABÉ - Avenida Ario Barnabé, S/Nº	03	01
15	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24H) - Avenida Engenheiro Fábio Roberto Barnabé, Praça do Lago, Jardim Morada do Sol	06	02
16	PARQUE ECOLÓGICO – FEIRA DE ORGÂNICO – Rua Ana Nunes da Rocha	06	02
17	PARQUE TEMÁTICO - Parque Ecológico, Av. Eng.º. Fabio Roberto Barnabé, em frente ao nº 4012, Jardim Monte Verde	05	02
18	DISTRITO INDUSTRIAL - próximo a Creche e Terminal Urbano, Rua Antônio Barnabé, S/Nº, Distrito Industrial	06	02
23	AV. CLOVIS FERRAZ DE CAMARGO – Padaria Gianini - Av. Clóvis Ferraz de Camargo, Residencial Campo Bonito	03	01

1.2 - A outorga de permissão do serviço de utilidade pública de transporte individual de passageiros em veículos automotores de aluguel - táxi será executada a partir da data da assinatura do termo de permissão, desde que mantidos os requisitos legais.

1.3 - O serviço de transporte individual de passageiros em veículos automotores de aluguel, denominado táxi, compreende a realização de viagens com uso de automóvel nos seus diversos tipos, compatíveis com a necessidade de atendimento dos usuários, com o pessoal



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

necessário para operá-los e mantê-los, em serviços organizados em pontos de estacionamento, tudo de acordo com especificações e padrões de conformidade fixados pelo Município de Indaiatuba

## **1.4 - O objeto compreende:**

- **Restabelecer** a quantidade máxima de táxis, prevista no artigo 4º do Decreto Municipal nº 13.3978/2019;
- Preenchimento de 15 (quinze) vagas, sendo que cada vaga será distribuída individualmente para cada pessoa física e/ou microempreendedor Individual – MEI, vencedor do certame;
- Observar a política tarifária atual conforme Decreto nº 14.454/2019 de 27 de janeiro de 2022;
- os permissionários deverão executar os serviços conforme estabelecido e atendidas as demais especificações deste Termo de Referência conforme quantitativo, conforme relação de endereço;
- É obrigatória a contratação de seguro pessoal para os passageiros;
- É vedada a participação de consórcio e cooperativa na presente licitação, conforme Decreto Municipal nº 13.798/2019.

## **CAPÍTULO 2 - DA JUSTIFICATIVA**

O art. 30, V, da Constituição Federal de 1988, define de forma clara e objetiva quanto a atribuição do município de organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, ou seja, a responsabilidade do poder público nas ações de planejamento e operação dos sistemas de transporte, cresce na mesma proporção em que os anseios dos usuários sejam adequadamente atendidos.

**Também neste sentido, ressaltamos o disposto na Lei Federal 12.587/12 de 03/01/12, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, em especial os princípios, diretrizes e objetivos da política nacional de mobilidade previstas nos artigos 5º ao 7º, 12º, dos direitos dos usuários artigos 14º e 15º e das Atribuições do município artigo 18º e das diretrizes para o planejamento e gestão dos sistemas de mobilidade urbana artigos 21º ao 24º.**

O artigo 6º da Lei Federal nº 8.987/95 dispõe que toda concessão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento aos usuários, primando pela **continuidade, regularidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade nas tarifas**. A atualidade tem destaque especial no parágrafo 2º do mesmo artigo da mencionada lei, onde se verifica a seguinte redação:

*§ 2º A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.*

Também nos princípios e diretrizes insculpidos respectivamente nos artigos 5º, IV e 6º, III da **Lei Federal 12.587/12 de 03/01/12, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana**; verifica-se o mando imperativo de que o sistema de transporte tenha sempre a **atualidade necessária**, de forma a bem atender seus usuários.

Portanto, visando buscar o atendimento a todos estes objetivos, a Administração Pública optou por realizar procedimento licitatório para selecionar a melhor proposta técnica segundo as normas estabelecidas nas legislações para exploração e prestação do serviço público de transporte individual de passageiros em veículos automotores de aluguel, denominado taxi, seguindo a tendência universal de uma **Administração Pública**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

**Gerencial**, ou seja, aquela responsável pelo planejamento e fiscalização das atividades, buscando juntamente com os permissionários planos e projetos para atualização do sistema, adequação a fim de modernizar, melhorar e expandir os serviços.

## **CAPÍTULO 3 - CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

### **3.1 - DAS CONDIÇÕES**

3.1.1 - Poderão participar da presente licitação exclusivamente pessoa física ou Microempreendedor Individual – MEI que:

a) atendam a todas às exigências deste Edital, inclusive quanto à documentação constante deste instrumento e seus anexos;

### **3.2 - DAS RESTRIÇÕES**

3.2.1 - Será vedada a participação:

a) que sejam ex-permissionários ou ex-condutores auxiliares, que tenham tido sua permissão ou seu registro de condutor cassado, salvo se cumpridas as exigências de reabilitação ou que tenham deixado de ostentar tal qualificação há pelo menos, 08 (oito) anos;

b) que tenham transferido sua permissão de táxi conforme legislação municipal de Indaiatuba;

c) que estejam com seu direito de dirigir cassado ou suspenso pelo órgão de trânsito da circunscrição do domicílio do licitante.

#### **3.2.2 - Será vedada a outorga de permissão:**

a) O servidor público da Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive, de entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do Poder Público e das Fundações por ele instituídas ou mantidas;

b) A quem já possua outra permissão ou concessão pública, seja ela qual for, conforme Decreto 13.978/2019;

c) À Empresas.

Obs.: A vedação prevista no item “a”, se estende às pessoas contratadas ou membros da diretoria de organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPS e de organizações sociais – OS que mantenham contratos de gestão, convênios ou parcerias com o Município e que sejam pagos com recursos públicos.

3.3 - A participação nesta Concorrência, implica no reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente Edital, bem como as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, Lei Federal



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

nº 8.987/95 e suas alterações e demais normas complementares, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente.

## **CAPÍTULO 4 - ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

4.1 - Esclarecimentos relativos à esta licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objetivo poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Indaiatuba, junto ao Departamento de Licitações, no horário normal de expediente, através dos telefones (0xx19) 3834-9085 / 3834-9087, ou ainda pelo e-mail: [administracao.licitacoes@indaiatuba.sp.gov.br](mailto:administracao.licitacoes@indaiatuba.sp.gov.br).

4.2 - Impugnações deverão ser encaminhadas no prazo de até 03 (três) dias úteis, antes da data de abertura, via e-mail, digitalizado, devidamente assinado, dirigidos ao Presidente da Comissão Permanente de Contratação - Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Indaiatuba, no e-mail [administracao.licitacoes@indaiatuba.sp.gov.br](mailto:administracao.licitacoes@indaiatuba.sp.gov.br).

4.3 - Os recursos deverão ser encaminhados, via e-mail, digitalizado, devidamente assinado, dirigidos ao Presidente da Comissão Permanente de Contratação - Departamento de Licitações, no endereço eletrônico: [administracao.licitacoes@indaiatuba.sp.gov.br](mailto:administracao.licitacoes@indaiatuba.sp.gov.br), no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da divulgação da decisão ou da lavratura da ata, que poderá ser reconsiderada e encaminhada à autoridade superior, o Sr. Prefeito Municipal, devidamente informados, de acordo com art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.4 - Enquanto não julgado o recurso a que se der efeito suspensivo, a Comissão Permanente de Contratação não promoverá qualquer andamento ao processo.

4.4.1 - Os demais licitantes serão comunicados dos eventuais recursos interpostos, para que estes possam impugná-los no prazo de até 03 (três) dias úteis.

4.5 - No decorrer do prazo de recurso ou impugnação será aberta vistas dos autos aos licitantes que a solicitarem à Comissão Permanente de Contratação, sendo que cópias extraídas do processo licitatório a pedido, deverão ser pagas mediante taxa.

4.5.1 - Os casos omissos serão decididos pela Comissão Permanente de Contratação.

## **CAPÍTULO 5. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**

5.1 - O **Envelope nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, devidamente lacrado, deverá apresentar na parte externa as seguintes indicações:

**ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA Nº 001/2026**  
**EDITAL Nº 014/2026**  
**DATA E HORÁRIO DE ABERTURA: 20/03/2026 às 09:00 horas**  
**NOME: / CPF: / ENDEREÇO: / FONE: / E-MAIL:**

5.2 - O **Envelope nº 02 – PROPOSTA TÉCNICA**, devidamente lacrado, deverá apresentar na parte externa as seguintes indicações:



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

**ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA TÉCNICA**

**CONCORRÊNCIA Nº 001/2026**

**EDITAL Nº 014/2026**

**DATA E HORÁRIO DE ABERTURA: 20/03/2026 às 09:00 horas**

**NOME: / CPF: / ENDEREÇO: / FONE: / E-MAIL:**

5.3 - Os Envelopes deverão ser preferencialmente opacos, evitando a transparência dos documentos neles inseridos, de forma a preservar o sigilo.

5.4 - Após a abertura da sessão pública realizada pelo Agente de Contratação e membros da comissão de contratação, nomeados através do Decreto nº 15.489/2025, nenhum outro documento será aceito nem adendos aos já entregues, sendo possível ser efetuada diligências por parte da Comissão Permanente de Contratação.

## **CAPÍTULO 6 - CONTEÚDO DOS ENVELOPES**

6.1 - No **Envelope nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabela de Notas ou publicação em órgãos de Imprensa Oficial, autenticados por quaisquer dos funcionários do Departamento de Licitações ou providos de uma assinatura digital dentro das normas vigentes.

- a) Documento de identidade (RG e CPF), para pessoas físicas e MEI;
- b) Cartão de CNPJ para Microempreendedor Individual (Apenas MEI já constituída). As pessoas físicas poderão participar do presente certame, mas caso sejam classificadas, deverão constituir firma individual (MEI) para efeito de assinatura do Termo de Permissão.
- c) Certidão ou certificado de que está em dia com as obrigações relacionadas ao Serviço Militar, no caso de licitantes do sexo masculino;
- d) Cópia do Título Eleitoral com comprovante de votação na última eleição ou declaração de quitação eleitoral fornecida pela Justiça Eleitoral;
- e) Declaração de inexistência de superveniência de fato impeditivo a sua participação na licitação, conforme Anexo IV constante deste edital;
- f) Declaração de inexistência de incompatibilidade profissional do licitante à condição de permissionário, conforme Anexo V constante deste edital.
- g) Atestado de antecedentes criminais que comprovem não ter o licitante qualquer sentença condenatória transitada em julgado.
- h) Prova de que reside no Município há mais de 05 (cinco) anos.
- i) Prova de que possui há mais de 02 (dois) anos, **Carteira Nacional de Habilitação**, em categoria compatível com a função (comprovada através da Certidão do Prontuário da Carteira Nacional de Habilitação - site do Detran), contendo histórico





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

do condutor com data e local da emissão, existência ou não de processo, ocorrências, bloqueio ou impedimento, dentro da validade de 90 (noventa) dias.

- j) Atestado ou declaração de idoneidade moral.
- k) Atestado de sanidade física e mental datado pelo menos há 30 (trinta) dias.
- l) Declaração de aceitação dos Termos do Edital, conforme modelo constante no Anexo VI.

6.1.1 - Para efeito de validade das certidões NEGATIVA OU POSITIVA de distribuição de Ações Criminais e Convencionais e Certidão de Prontuário da Carteira Nacional de Habilitação, será considerado o lapso de 06 (seis) meses, entre a data de sua expedição e a data limite para entrega dos envelopes.

## **6.1.2 - DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL (PESSOA FÍSICA E/OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI)**

- a) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Municipal.
- b) A comprovação da regularidade fiscal municipal deverá ser apresentada através de certidões relativas a tributos municipais pertinentes ao objeto licitado, do domicílio do(a) Proponente, na forma da lei;
- c) A regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser comprovada através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa e/ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e da Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, incluída a regularidade junto à Seguridade Social (INSS), emitida pelo órgão competente ou através de sistema eletrônico, ficando sua aceitação condicionada à verificação de veracidade via Internet.

## **6.1.3 - DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL (PESSOA FÍSICA E/OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI)**

6.1.3.1 - Os licitantes a fim de comprovarem sua qualificação técnica deverão apresentar:

- a) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação que permita ao motorista dirigir na categoria mínima “B”, com a inclusão do EAR- Exerce Atividade Remunerada.
- b) As pessoas portadoras de deficiência física deverão apresentar Carteira Nacional de Habilitação no mínimo na categoria “B”, constando na mesma a ressalva de que é portador de deficiência física e que está autorizado a exercer atividade remunerada.

## **6.1.4 - DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRO (PESSOA FÍSICA)**

- a) Certidão de Distribuição Civil, expedida através do link, <https://esaj.tjsp.jus.br/sco/abrirCadastro.do>



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

b) **DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR** - Declaração de Responsabilidade familiar em relação aos dependentes, relacionando todos os dependentes anexando cópias das certidões de nascimento/casamento e comprovantes de rendimentos, se assalariados, através de holerites ou cópia do contrato de trabalho da Carteira Profissional;

6.1.5 - Não serão aceitos protocolos referentes à solicitação feitas às repartições competentes quanto aos documentos acima mencionados, nem cópias ilegíveis sendo que as mesmas deverão ser apresentadas devidamente autenticadas.

**6.1.6 - Recomenda-se que a documentação apresentada referente à habilitação, seja impressa somente na folha da frente e apresentados em ordem lógica, numerados sequencialmente por item de habilitação, para facilitar a análise.**

## **6.2 - ENVELOPE Nº 02 - DA PROPOSTA TÉCNICA**

6.2.1 - Da proposta técnica deverá constar:

a) O **Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo** ou o “**Termo de Compromisso de Aquisição de Veículo**” devidamente preenchido, conforme Anexo III, indicando o tipo de veículo que se propõe a utilizar, com indicação específica do modelo, ano de fabricação e todas as demais características peculiares, observadas as especificações mínimas dos veículos descritos no Anexo II, sob pena de desclassificação.

b) A apresentação da proposta implica a aceitação pela Licitante do prazo de validade das propostas de 60 (sessenta) dias a contar da data limite para apresentação dos envelopes.

## **CAPÍTULO 7 - DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA**

7.1 - O julgamento das propostas realizar-se-á através da atribuição de pontos de acordo com os critérios a seguir discriminados:

### **7.2 - TÁXI CONVENCIONAL**

**01 – MOTORISTA** - Comprovação de tempo de domínio e conhecimento na execução da atividade de motorista (NT-1).

<b>Experiência</b>	<b>Pontos pela experiência</b>
Exercício da atividade como motorista de Táxi	03
Exercício da atividade como motorista de transporte de passageiros (escolar, fretamento, público, ônibus e micro-ônibus, particular)	02
Nunca atuou como motorista	00

**02 – MOTORISTA** - Comprovação de tempo de protocolo para solicitação de cadastro como taxista (NT-2).





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

<b>Tempo de protocolo para solicitação de cadastro de taxista</b>	<b>Pontos pelo tempo de protocolo para solicitação de cadastro de taxista, realizadas até a data de 20/02/2026 (data de publicação do edital)</b>	<b>Nº e data do protocolo</b>
Acima de 97 meses	05	
De 73 a 96 meses	04	
De 49 à 72 meses	03	
De 25 à 48 meses	02	
Até 24 meses	01	

**Anexar extrato do protocolo da Prefeitura Municipal de Indaiatuba**

**03 – MOTORISTA** – Conduta Infracional de trânsito na condução de veículo automotor (NT-03).

<b>Quantidade de autos de infração (no ano)</b>	<b>Pontos pela conduta infracional</b>
Nenhuma	03
01 à 02	02
03 à 04	01
Mais que 04	00

**Observação: considera-se inabilitado Carteira Nacional de Habilitação suspensa ou com portaria conforme Certidão do PGU.**

**04 –VEÍCULO** - Ano de Fabricação do Veículo proposto, conforme Nota Fiscal ou CRLV (NT – 4), conforme tabela abaixo:

<b>Ano de fabricação do veículo proposto</b>	<b>Pontos pelo ano do veículo</b>
2026	10
2025	09
2024	08
2023	07
2022	06
2021	05
2020	04
2019	03
2018	02
2017	01

**05 – VEÍCULO** – Capacidade volumétrica do compartimento de cargas do automóvel proposto original de fábrica (NT-05).

<b>Capacidade Volumétrica do compartimento de cargas, considerando o mínimo de 05 bancos não rebatidos</b>	<b>Pontos pelo volume do bagageiro dos veículos</b>
Superior a 600 litros.	05
Maior ou igual a 501 até 600 litros	04
Maior ou igual a 451 até 500 litros	03
Maior ou igual a 351 até 450 litros	02
Até 350 litros	01



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

## **06 – VEÍCULO - Cilindradas do motor (NT-06)**

<b>Cilindradas do automóvel proposto</b>	<b>Pontos pela cilindrada do automóvel proposto</b>
Acima de 1.800 c.c.	05
Acima de 1.600 c.c. até 1.800 c.c.	04
Acima de 1.400 c.c. até 1.600 c.c.	03
Acima de 1.000 c.c. até 1.400 c.c.	02
Igual ou menor a 1.000 c.c.	01

Para aferição desse item será consultado o CRLV do veículo.

## **07 – VEÍCULO – Combinação Ar condicionado e vidro elétrico (NT-07)**

<b>Combinação de requisitos Ar Condicionado e vidros elétricos</b>	<b>Pontos por Ar condicionado e vidros elétricos</b>
Com ar condicionado e vidro elétrico em todas as portas	04
Com ar condicionado e vidro elétrico somente nas portas dianteiras	03
Somente ar condicionado	02
Somente vidros elétricos	01

## **08 – VEÍCULO (SEGURANÇA) – sistema de proteção de freios – ABS (NT-08)**

<b>Sistema de proteção de freios – ABS</b>	<b>Pontos pelo sistema de proteção de freios - ABS</b>
Freio com sistema ABS	04
Freios sem sistema ABS	02

## **09 – VEÍCULO (SEGURANÇA) – proteção por sistema de Air Bag original de fábrica (NT-09)**

<b>Sistema Air Bag</b>	<b>Pontos pelo sistema de Air Bag</b>
Air Bags duplos frontais e Air Bags traseiros	04
Air Bags duplos frontais (motorista e passageiro)	03
Air Bag só para motorista	02
Sem Air Bag	01

7.3. A comprovação dos itens de pontuação do veículo se dará por meio de inspeção técnica e por verificação do manual do veículo emitido pelo fabricante.

7.4. **O Departamento de Transporte, através de seu responsável,** determinará a Nota Final de cada LICITANTE habilitado mediante o somatório de sua pontuação técnica referente a respectiva vaga.

7.5. A classificação dos licitantes far-se-á pelo critério da contagem de pontos de cada um dos itens, sendo atribuído em cada item UMA única pontuação, de acordo com os critérios estabelecidos no item 7 deste Edital.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

7.6. Os licitantes serão classificados em ordem decrescente do número de pontos obtidos no julgamento das propostas. O maior número de pontos corresponderá ao 1 (primeiro) classificado e assim, sucessivamente, até o preenchimento de todas as vagas.

7.7. A classificação final excedente será considerada como cadastro com validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período a critério do Poder Público visando preenchimento de futuras vagas.

## **CAPÍTULO 8 - DO CRITÉRIO DE DESEMPATE**

8.1. Ocorrendo empate no resultado final, conforme art. 60, da Lei nº 14.133/2021, aplicar-se-á para o desempate, a pontuação do capítulo 7, subitem 7.2, item 1, e subsequente o item 2. Persistindo o empate terá preferência quem tiver protocolado o processo primeiro do item 2, terá o direito de escolher o ponto como primeiro classificado.

8.1.1- A seleção dos pontos, será realizada na presença dos licitantes em data, horário e local a ser definido através de comunicado aos participantes, conforme classificação final.

8.2. Não serão levadas em consideração, vantagens não previstas neste edital, nem ofertas sobre as propostas de outras licitantes.

## **CAPÍTULO 9 - DA SESSÃO DE ABERTURA**

9.1 - No local, dia e hora indicados no preâmbulo, os Envelopes nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e nº 02 – PROPOSTA TÉCNICA, serão rubricados, ainda fechados, pelos membros da Comissão Permanente de Contratação e pelos representantes credenciados dos licitantes presentes à sessão pública.

9.1.1 - Após a abertura da sessão pública realizada pelo Agente de Contratação, nenhum outro documento será aceito nem adendos aos já entregues.

9.2 - O Agente de Contratação e membros da Comissão Permanente de Contratação procederá à abertura dos Envelopes nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, sendo seu conteúdo rubricado, folha por folha, pela Comissão e pelos representantes das licitantes presentes.

9.3 - Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer documentos exigidos para a habilitação ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital, ou com irregularidades, serão inabilitados.

9.4 - A Comissão Permanente de Contratação poderá suspender a sessão pública para analisar os documentos apresentados nos Envelopes nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, marcando nova data e horário em que retomará os trabalhos, que será comunicada aos participantes via e-mail, publicada na Imprensa Oficial do Município e disponibilizada no site da Prefeitura.

9.5 - O julgamento da habilitação será publicado na Imprensa Oficial do Município ou no Diário Oficial do Estado e comunicado a todos os participantes, via e-mail ou por outro meio que comprove o recebimento.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

9.6 - Os Envelopes nº 02 – PROPOSTAS TÉCNICAS dos licitantes Inabilitados serão devolvidos fechados e invioláveis, se possível, após a conclusão do processo licitatório. Caso o licitante não compareça para retirá-lo no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, o Departamento de Licitações efetuará a destruição dos envelopes, decaindo o licitante do posterior direito de requerê-lo.

9.7 - O conteúdo dos Envelopes nº 02 – PROPOSTA TÉCNICA será examinado e integralmente rubricado pela Comissão Permanente de Contratação e pelos representantes presentes.

9.8 - Após a abertura da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Contratação.

9.9 - Da sessão pública realizada para abertura dos Envelopes nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e nº 02 – PROPOSTA TÉCNICA, lavrar-se-á atas contendo eventuais ressalvas apresentadas pelas licitantes e demais anotações pertinentes.

9.10 - A apresentação dos Envelopes nº 01 e nº 02 implica na submissão às condições estabelecidas no presente edital e em seus anexos.

## **CAPÍTULO 10 - DA CONTRATAÇÃO**

10.1 - Homologada a licitação, e adjudicado seu objeto, a contratação será formalizada por meio da lavratura de **Termo de Permissão** (Anexo X)

10.2 - Toda alteração da outorga de Permissão deverá ser previamente aprovada pela autoridade competente e compromissada por meio de termo de aditamento.

10.3 - O Município de Indaiatuba notificará os licitantes classificados através de e-mail, os quais terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da assinatura do Termo, para a entrega do veículo nas condições declaradas nos Anexos II e III e toda a documentação em conformidade, resguardadas as situações plenamente justificadas a serem avaliadas pelo Departamento de Transportes – DT.

10.4 – O gestor da Permissão será o Sr. Silvio Roberto Lima e o fiscal, Sr. Hércio Amorim Pereira, ambos da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana.

a) **Gestor da outorga** é o representante da administração pública responsável por gerenciar a permissão. É sua atribuição principal garantir que as obrigações contratuais sejam cumpridas segundo os termos estabelecidos, verificando o cumprimento das condições pactuadas, entre outras atividades relacionadas à gestão contratual.

b) O **fiscal** acompanha de perto a execução da permissão, ele deve fiscalizar o desenvolvimento dos trabalhos e emitir relatórios de acompanhamento para subsidiar o gestor do contrato em suas decisões.

10.4.1 - Quando da substituição do gestor, o Secretário da pasta assumirá essa responsabilidade, enquanto não seja efetuada essa alteração por meio de Ofício; bem como, a substituição do fiscal, será indicada através do Secretário da pasta.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

## **CAPÍTULO 11 - DAS DEMAIS CONDIÇÕES**

11.1 - Juntamente com o laudo de aprovação de vistoria emitido pelo Departamento de Transportes – DT, far-se-á a assinatura do Termo de Outorga de Permissão e demais documentos.

11.2 - O Permissionário será convocado para, no prazo previsto na notificação, assinar o **Termo de Permissão**, cuja minuta integra este edital, sob pena de decair do direito à permissão podendo ainda sujeitar-se às penalidades constantes neste edital.

11.3 - Ocorrendo a hipótese da cláusula anterior, serão convocados, sucessivamente, para a contratação, os demais licitantes, na ordem de classificação, observado o disposto no parágrafo artigo 90, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.4 - A Permissão regular-se-á pelas cláusulas previstas neste Edital, pela Proposta Técnica, pelas Leis Federais nºs. 8987/95 e 14.133/21, pelo Decreto Municipal nº 13.798/19 e alterações contidas no Decreto Municipal nº 14.432/2021, que regulamentam a exploração do serviço de transporte individual de passageiros (Táxi) e Lei Municipal 5.669/2009 conforme Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, IC nº 14.0287.0001509/2014-2.

11.5 - Os requisitos obrigatórios do veículo, referentes as características técnicas apresentadas pelo licitante somente poderão ser alterados em relação aos itens de capacidade volumétrica do compartimento de cargas e cilindradas do motor, mediante processo administrativo, em casos devidamente justificados, como utilização de carros menos poluentes com melhores condições de segurança e conforto aos passageiros, garantido sempre o equilíbrio econômico-financeiro da outorga, cuja substituição solicitada fica a inclusão de veículo com idade máxima de 01 (um) ano, conforme disposto no artigo 14º do Decreto nº 13.798/2019.

***Artigo 14º - Os requisitos obrigatórios do veículo, referentes as características técnicas apresentadas pelo permissionário na licitação, poderão ser alterados em relação aos itens de capacidade volumétrica do compartimento de cargas e cilindradas do motor, mediante processo administrativo, em casos devidamente justificados, garantido sempre o equilíbrio econômico-financeiro da outorga.***

11.6 - Poderão ser homologados, veículos destinados a operar no sistema de transportes individual remunerado de passageiros na modalidade Táxi Comum, os que atenderem aos requisitos estabelecidos no Manual de Procedimento Técnico, constantes nos Anexos I e II, da portaria nº 002/2020 de 22 de abril de 2020, conforme disposto no Inciso I do artigo 25 do Decreto Municipal nº 13.798/2019.

11.7 - É terminantemente vedado transferir, ceder, doar, dar em comodato, alugar, arrendar ou comercializar total ou parcialmente a permissão outorgada, sob qualquer argumento ou circunstância, tendo em vista o disposto no art. 175 da Constituição da República, artigo 8º do Decreto Municipal nº 13.978/2019, Decreto Municipal nº 14.432/2021, bem como em consideração aos princípios constitucional-administrativos da isonomia, impessoalidade, moralidade e obrigatoriedade em licitar.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

11.8 - Os veículos a serem utilizados no serviço deverão atender ao disposto no art. 25 do Decreto Municipal nº 13798/2019;

11.9 - O veículo deverá ser emplacado e licenciado no Município de Indaiatuba/SP.

## **CAPÍTULO 12 - DAS PENALIDADES**

12.1 - O licitante que apresentar documentação inverossímil ou praticar atos ilícitos ou falta grave será inabilitado ou desclassificado;

12.2 - As sanções estabelecidas neste item poderão ser aplicadas juntamente com as penalidades estabelecidas no Anexo X – Minuta do Termo de Permissão, garantida, em todos os casos, a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, dentro do prazo legal.

12.3 - O Proponente vencedor que convocado para assinar o Termo de Outorga de Permissão, não o fizer no prazo acima indicado sem qualquer justificativa aceita pela Administração Municipal, decairá do direito à contratação e sujeitar-se-á às penalidades previstas assim como a indenização por perdas e danos e demais cominações legais pertinentes.

## **CAPÍTULO 13 - DOS PONTOS E VAGAS**

13.1 - Os pontos e as vagas definidos e disponíveis são os expressos no ANEXO VIII do presente Edital.

13.2 - A alocação dos veículos nos pontos, far-se-á a critério de escolha do licitante vencedor, respeitando a sua ordem de classificação e o número de vagas disponíveis em cada ponto.

13.3 - O número excedente da ordem de classificação, em relação ao número de vagas, ficará como cadastro para preenchimento de vagas conforme disposto no artigo 13º do Decreto Municipal 13.978/2019.

## **CAPÍTULO 14 - DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS**

14.1 - Atualmente as tarifas vigentes do serviço cobrada dos usuários estabelecido pelo Decreto nº 14.454 de 27 de janeiro de 2022, é:

I - R\$ 7,02 (sete reais e dois centavos), para bandeirada;

II - R\$4,38 (quatro reais e trinta e oito centavos) por quilometro percorrido na Bandeira I, no horário das 06h00min e 18h00min horas;

III - R\$5,68 (cinco reais e sessenta e oito centavos) por quilometro percorrido na Bandeira II, utilizado nos dias uteis, das 18h00min às 06h00min horas da manhã seguinte, sábado a partir das 12h00 horas, domingos e feriados;

IV - R\$45,24 (quarenta e cinco reais e vinte e quatro centavos) por hora parada;

V - R\$2,19 (dois reais e dezenove centavos) por volume transportado.

Para os taxis que prestam serviços fora do perímetro urbano, fica estabelecida a tarifa de R\$3,20 (três reais e vinte centavos) por quilometro percorrido, contando-se o trecho ida e volta.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

## **CAPÍTULO 15 - DO REAJUSTE DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS**

15.1 – As tarifas vigentes do serviço, cobrada dos usuários, poderão ser reajustadas anualmente mediante abertura de Processo Administrativo, com apresentação dos custos referentes a variação do preço dos combustíveis etanol e gasolina, conforme Pesquisa de Preços da Agência Nacional de Petróleo - ANP (Sistema de Levantamento de Preços -SLP), considerando a coleta mensal no município de Indaiatuba - Preço Distribuidora - Preço Médio, ao consumidor, e a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

## **CAPÍTULO 16 - DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO**

16.1 - A Permissão será extinta por advento do termo contratual, caducidade, rescisão, anulação, insolvência ou incapacidade do titular, conforme art. 21 do Decreto Municipal 13.798/2019.

16.2 - A caducidade será declarada pelo poder público, após a instauração de processo administrativo, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório, quando:

- I. Não realizar a renovação do certificado de permissão, no prazo assinalado;
- II. Houver cassação do registro de condutor de táxi do permissionário;
- III. O permissionário não cumprir as penalidades impostas por infrações nos prazos determinados;
- IV. O permissionário não atender a intimação do Poder Público no sentido de regularizar a prestação do serviço;
- V. O permissionário for condenado por sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais;
- VI. O permissionário for condenado por sentença penal transitada em julgado.

16.2.1 - Pelo atraso acumulado no pagamento de 03 (três) multas aplicadas ensejará o início de processo administrativo para declaração de caducidade, com fulcro no inciso III do parágrafo 1º do artigo 21º do Decreto Municipal 13.798/2019, após transcorrido o prazo concedido em notificação para corrigir as falhas apontadas.

## **CAPÍTULO 17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.1 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Contratação.

17.2 - As Proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.3 - O Município reserva-se ao direito de a qualquer tempo, revogar ou anular, total ou parcialmente, a presente licitação e desclassificar qualquer proposta ou todas elas, obedecendo ao disposto nos artigos 59 e 71 da Lei Federal nº 14.133/2021. Também não representará motivo para que os participantes pleiteiem indenização ou a anulação do presente certame, no caso de constatação de vício insanável.

17.4 - É facultada ao Presidente da Comissão Permanente de Contratação ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

17.5 - As licitantes devem ter pleno conhecimento de todas as disposições constantes deste Edital, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento do ajuste.

17.6 - O Permissionário deverá manter durante toda a execução do serviço em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.7 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições da permissão em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria através de termo aditivo correspondente.

17.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Para a contagem dos prazos, considerar-se-á a data da realização da sessão de abertura dos envelopes. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Indaiatuba.

17.9 - Para todas as questões suscitadas na execução do contrato não resolvidas administrativamente, o foro será da Comarca de Indaiatuba, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## **CAPÍTULO 18 - DOS ANEXOS**

18.1 - Integram o presente edital, como partes indissociáveis, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II - Padrão visual com especificações mínimas dos veículos para a prestação dos serviços conforme inciso II do artigo 25º do decreto 13.798/2021;

Anexo III - Termo de compromisso de aquisição de veículo a (convencional) e b (acessível);

Anexo IV - Declaração de inexistência de superveniência de fato impeditivo;

Anexo V - Declaração de inexistência de incompatibilidade profissional do licitante à condição de permissionário;

Anexo VI - Declaração de conhecimento e anuência aos termos do edital;

Anexo VII - Declaração de regularidade quanto a trabalho de menores;

Anexo VIII - Distribuição das vagas nos pontos de táxi;

Anexo IX – Portaria nº 002/2020 de 22 de abril de 2020 - procedimentos para homologação dos modelos de veículos para operação no sistema de transporte individual remunerado de passageiros na modalidade táxi;

Anexo X - Minuta do Termo de Permissão.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

18.2 - E para que ninguém alegue desconhecimento, o presente edital será publicado em resumo no Diário Oficial do Estado, no Jornal Gazeta de São Paulo e na Imprensa Oficial do Município, divulgado no site da Prefeitura Municipal de Indaiatuba e no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP.

Indaiatuba, 19 de fevereiro de 2026

**CUSTÓDIO TAVARES DIAS NETO**  
**Prefeito Municipal**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1- Do Objeto**

O presente Termo de Referência estabelece os critérios e condições para a escolha da **melhor proposta técnica, para a Outorga de Permissão para** exploração e execução do serviço de utilidade pública de transporte individual de passageiros em veículos automotores de aluguel - taxi, modalidade convencional, executado no Município sob regime de permissão sempre a título precário e gratuito, outorgado por Decreto do Poder Executivo e consubstanciado pelo Certificado de Permissão (contrato), com tarifa atual fixada pelo Decreto 14.454 de 27 de janeiro de 2022, e atendidas as demais especificações deste Termo de Referência e Anexos, cujo quantitativo de vagas ofertadas é de 15 (quinze) vagas.

O serviço de transporte individual de passageiros em veículos automotores de aluguel, denominado taxi, compreende a realização de viagens com uso de automóvel nos seus diversos tipos, compatíveis com a necessidade de atendimento dos usuários, com o pessoal necessário para operá-los e mantê-los, em serviços organizados em pontos de estacionamento, tudo de acordo com especificações e padrões de conformidade fixados pelo Município de Indaiatuba

##### **1.1 . O objeto compreende:**

- Restabelecer a quantidade máxima de taxis, prevista no artigo 4º do Decreto Municipal nº 13.3978/2019;
- Preenchimento de 15 (quinze) vagas, sendo que cada vaga será distribuída individualmente para cada pessoa física e/ou microempreendedor Individual – MEI, vencedor do certame;
- Observar a política tarifária atual conforme Decreto nº 14.454/2019 de 27 de janeiro de 2022;
- os permissionários deverão executar os serviços conforme estabelecido e atendidas as demais especificações deste Termo de Referência conforme quantitativo, conforme relação de endereço;
- É obrigatória a contratação de seguro pessoal para os passageiros;
- É vedada a participação de consórcio e cooperativa na presente licitação, conforme Decreto Municipal nº 13.798/2019.

#### **2 – Legislação pertinente:**

2.1. A licitação será processada e julgada em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, da Lei Federal nº 8.987/95, Lei Federal



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

12.587/12 e suas alterações, Lei Federal 9.503 Código de Trânsito Brasileiro, e suas alterações posteriores, normas complementares expedidas pelo CONTRAN e Decretos Municipais nº 13.798/2019 e 14.432/2021 e Lei Municipal 5.669/2009 e eventuais alterações legislativas futuras ou subsequentes, realizadas a critério da Municipalidade e demais normas aplicáveis, bem como pelas deste edital e de seus anexos.

### **3 - Prazo e Regime de Execução**

- **Prazo de Execução:** A presente permissão terá vigência a partir da assinatura do termo de permissão, desde que atenda às exigências da legislação vigente, e o Alvara de Permissão para exploração do serviço de utilidade pública de transporte individual de passageiros em veículos automotores de aluguel táxi, deverá ser renovado anualmente e/ou conforme legislação aplicável, ficando o permissionário responsável pelas penalidades previstas na legislação em caso de não cumprimento da obrigação
- **Regime de execução:** regime de permissão sempre a título precário e gratuito, outorgado por Decreto do Poder Executivo e consubstanciado pelo Certificado de Permissão (contrato), com tarifa atual fixada pelo Decreto 14.454 de 27 de janeiro de 2022, executado diretamente pelos permissionários, no conjunto de pontos fixos e de rodizio, caracterizando execução indireta pelo Município;

### **4. Da Justificativa**

O art. 30, V, da Constituição Federal de 1988, define de forma clara e objetiva quanto a atribuição do município de organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, ou seja, a responsabilidade do poder público nas ações de planejamento e operação dos sistemas de transporte, cresce na mesma proporção em que os anseios dos usuários sejam adequadamente atendidos.

***Também neste sentido, ressaltamos o disposto na Lei Federal 12.587/12 de 03/01/12, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, em especial os princípios, diretrizes e objetivos da política nacional de mobilidade previstas nos artigos 5º ao 7º, 12º, dos direitos dos usuários artigos 14º e 15º e das Atribuições do município artigo 18º e das diretrizes para o planejamento e gestão dos sistemas de mobilidade urbana artigos 21º ao 24º.***

O artigo 6º da Lei Federal nº 8.987/95 dispõe que toda concessão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento aos usuários, primando pela ***continuidade, regularidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade nas tarifas***. A atualidade tem destaque especial no parágrafo 2º do mesmo artigo da mencionada lei, onde se verifica a seguinte redação:

*§ 2º A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.*

Também nos princípios e diretrizes insculpidos respectivamente nos artigos 5º, IV e 6º, III da **Lei Federal 12.587/12 de 03/01/12, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana;** verifica-se o mando imperativo de que o sistema de transporte tenha sempre a **atualidade necessária**, de forma a bem atender seus usuários.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

Portanto, visando buscar o atendimento a todos estes objetivos, a Administração Pública optou por realizar procedimento licitatório para selecionar a melhor proposta técnica segundo as normas estabelecidas nas legislações para exploração e prestação do serviço público de transporte individual de passageiros em veículos automotores de aluguel, denominado taxi, seguindo a tendência universal de uma **Administração Pública Gerencial**, ou seja, aquela responsável pelo planejamento e fiscalização das atividades, buscando juntamente com os permissionários planos e projetos para atualização do sistema, adequação a fim de modernizar, melhorar e expandir os serviços.

## **5 - Da Remuneração dos serviços**

5.1.- Atualmente as tarifas vigentes do serviço cobrada dos usuários estabelecido pelo Decreto nº 14.454 de 27 de janeiro de 2022, é:

I - R\$ 7,02 (sete reais e dois centavos), para bandeirada;

II - R\$4,38 (quatro reais e trinta e oito centavos) por quilometro percorrido na Bandeira I, no horário das 06h00min e 18h00min horas;

III - R\$5,68 (cinco reais e sessenta e oito centavos) por quilometro percorrido na Bandeira II, utilizado nos dias uteis, das 18h00min as 06h00min horas da manhã seguinte, sábado a partir das 12h00 horas, domingos e feriados;

IV - R\$45,24 (quarenta e cinco reais e vinte e quatro centavos) por hora parada;

V - R\$2,19 (dois reais e dezenove centavos) por volume transportado.

Para os taxis que prestam serviços fora do perímetro urbano, fica estabelecida a tarifa de R\$3,20 (três reais e vinte centavos) por quilometro percorrido, contando-se o trecho ida e volta.

## **6 – Do Reajuste da Remuneração dos Serviços.**

**6.1 – As tarifas vigentes** do serviço, cobrada dos usuários, poderão **ser** reajustadas anualmente mediante abertura de Processo Administrativo, com apresentação dos custos referentes a variação do preço dos combustíveis etanol e gasolina, conforme Pesquisa de Preços da Agência Nacional de Petróleo - ANP (Sistema de Levantamento de Preços -SLP), considerando a coleta mensal no município de Indaiatuba - Preço Distribuidora - Preço Médio, ao consumidor, e a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

## **7 – Da gestão e fiscalização**

- Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – Departamento de Transportes.
- Gestor: Silvio Roberto Lima
- Fiscal: Hécio Amorim Pereira

A gestão e fiscalização do serviço a ser executado pelo Departamento de Transportes, seguirá todas as premissas estabelecidas de avaliação das quanto aos requisitos obrigatórios referentes as características técnicas apresentadas pelo permissionário na





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

licitação, (art. 14º), cumprimento dos deveres e obrigações dos permissionários (art. 18º), das penalidades (artigo 20º), da apresentação do veículo e respectiva vistoria técnica anual (art. 25 e 33º), além de fiscalizações de rotina nos pontos de estacionamento e apuração de denúncia e/ou reclamações via Ouvidoria.

## **8 – Das vagas existentes para prestação do Serviço**

A prestação do serviço público de transporte individual de passageiros em veículos automotores de aluguel, denominado taxi, compreendem o preenchimento de **vagas de estacionamento de pontos fixos em solo público, para** realização de viagens mediante o uso de veículos automotores, devidamente cadastrados, vistoriados e aprovados, mediante cobrança da tarifa publica dos usuários, estabelecida pelo Decreto nº 14.454/2022, expressos em reais aferidos pelo taxímetro devidamente homologado pelo IPEM/INMETRO, de acordo com as vagas existentes e disponibilizadas nos seguintes locais:

### **Das vagas existentes**

Distribuição das vagas em solo nos pontos de Taxis para distribuição de novos permissionários do Serviço de Transporte de Passageiros em Veículos Automotores de Aluguel – Taxi no Município de Indaiatuba

<b>Nº PONTO</b>	<b>LOCAL DO PONTO</b>	<b>QUANT. VAGAS DO PONTO</b>	<b>VAGAS DISPONÍVEIS</b>
03	PRAÇA ANDREIA MARIA BONACHELLA - Rua dos Indaiás, Vila Costa e Silva	03	02
09	AVENIDA VISCONDE DE INDAIATUBA (VILA VITÓRIA) – Hospital Dia	03	01
11	PRAÇA TENENTE JOSÉ TANCLER (antiga Praça do Tejusa) - Rua Rêmulô Zoppi, Vila Georgina	05	01
12	HOTEL TRAVEL INN WISE (antigo Ponto do C.E.T) - Rua Pará	05	01
14	TERMINAL ÁRIO BARNABÉ - Avenida Ario Barnabé, S/Nº,	03	01
15	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24H) - Avenida Engenheiro Fábio Roberto Barnabé, Praça do Lago, Jardim Morada do Sol	06	02
16	PARQUE ECOLÓGICO – FEIRA DE ORGÂNICO – Rua Ana Nunes da Rocha	06	02
17	PARQUE TEMÁTICO - Parque Ecológico, Av. Eng.º. Fabio Roberto Barnabé, em frente ao nº 4012, Jardim Monte Verde	05	02
18	DISTRITO INDUSTRIAL - próximo a Creche e Terminal Urbano, Rua Antônio Barnabé, S/Nº, Distrito Industrial	06	02



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

23	AV. CLOVIS FERRAZ DE CAMARGO – Padaria Gianini - Av. Clóvis Ferraz de Camargo, Residencial Campo Bonito	03	01
----	---	----	----

## **9 – Especificação da frota**

### **9.1. - TÁXI CONVENCIONAL**

I - Capacidade máxima 07 (sete) lugares incluindo o motorista;

II – Possuir 04 (quatro) portas mais porta malas;

III - Ano máximo de utilização de 10 (dez) anos contados da fabricação;

IV - Capacidade disponível do porta-malas igual ou superior a 290 litros livres do volume total (conforme manual de especificação do fabricante disposto no manual do veículo);

V - Cor do veículo prata original de fábrica;

#### **A) Vistoria Técnica**

Todo e qualquer veículo a ser vinculado à frota operacional do Município de Indaiatuba será submetido à vistoria técnica do Departamento de Transportes – DT, objetivando constatar a conformidade em relação a estas especificações, exigidas à época de sua fabricação e/ou entrega, complementadas por inspeção dos itens de segurança que estão afetos à dirigibilidade, frenagem, estabilidade e aos padrões de emissão de poluentes inclusive com a realização de ensaios, caso necessário.

No caso da impossibilidade técnica de realização dos mesmos, o fabricante do item analisado estará sujeito a apresentar, quando solicitado pelo Departamento de Transportes – DT, laudos comprobatórios, emitidos por Institutos / Laboratórios idôneos.

Vistorias técnicas com as mesmas características serão efetuadas pelo Departamento de Transportes – DT anualmente, em toda a frota operacional ou individualmente sempre que julgar necessário, com o objetivo de garantir a qualidade dos veículos durante toda a sua vida útil e atendimento ao Código de Transito Brasileiro – CTB, Normas Técnicas aplicadas e legislação municipal em especial ao Decretos Municipais 13.798/2019 e 14.432/2021 e Lei Municipal 5.669/2009 conforme Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, IC nº 14.0287.0001509/2014-2.

#### **B) Regulamentação Técnica**

Devem ser atendidas todas as Resoluções, Normas Técnicas e Legislações pertinentes, em especial aquelas específicas à indústria de fabricação, trânsito brasileiro, emissão de poluentes, e transporte público nos níveis federal, estadual e municipal, considerando-se inclusive suas atualizações como a Lei Municipal 5.669/2009 conforme Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, IC nº 14.0287.0001509/2014-2.

Em especial devem ser atendidas, obrigatoriamente, as disposições e respectivas atualizações das Resoluções do CONTRAN, relativas à resistência estrutural e segurança dos veículos de fabricação nacional e estrangeira, bem como suas outras determinações.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

## **C) Desenvolvimento de Novas Tecnologias**

Poderão ser implementadas ao projeto do veículo, além dos elementos já exigidos neste documento, novas tecnologias que visem o conforto, segurança, desempenho, durabilidade, redução da emissão de poluentes, além da otimização de recursos humanos e materiais. As novas tecnologias devem comprovar vantagens sobre as aqui exigidas, devendo ser submetidas à prévia aprovação do Departamento de Transportes – DT, com vistas à verificação quanto à operacionalidade.

A Administração Pública Municipal, através do órgão responsável pela Coordenação de Transporte Público, poderá adotar a qualquer tempo, equipamentos embarcados e outras formas de controle, documentais e não documentais, as quais serão previamente notificadas aos Permissionários, que servirão como fontes de informações para medições, controle de qualidade, remuneração e planejamento dos serviços.

## **D) Especificações Técnicas Básicas**

Além das Resoluções, Normas Técnicas e Legislações vigentes, serão exigidas de cada veículo características específicas para melhor atender aos requisitos de conforto, segurança, mobilidade, acessibilidade e velocidade de embarque e desembarque de passageiros.

Os veículos originais de fábrica devem possuir equipamentos que atendam tanto à legislação vigente quanto às especificações exigidas. As adaptações necessárias para o enquadramento do veículo a esse Manual sofrerão destaque nas avaliações para vinculação e classificação do veículo nessa modalidade de transporte, bem como das inspeções futuras.

## **E) Tipos de Veículo**

**Comum** - Veículo convencional, de 4 (quatro) portas com capacidade para até 7 (sete) lugares, sendo motorista mais 6 (seis) passageiros, com características de conforto e segurança similares aos modelos de veículos de passeio.

## **F) Compartimento dos Passageiros**

Na área reservada, a altura interna mínima, medida entre a face interior do teto e o assoalho no centro do veículo deve ser de 1350mm.

Os materiais utilizados para revestimento interno do teto, laterais e anteparos deverão ter características de retardamento à propagação de fogo e não deverão produzir farpas em caso de rupturas, devendo proporcionar ainda, isolamento acústico nas condições de operação especificadas e isolamento térmico no caso do revestimento do teto. Não será admitido qualquer material metálico no revestimento das laterais e anteparos.

## **G) Bancos de Passageiros**

Todos os bancos devem ser posicionados de forma a facilitar o acesso e acomodação de todos os usuários, levando em consideração tanto a grande diversidade de biotipos como



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

também as pessoas com dificuldades de movimentação/locomoção (idosos, pessoas obesas e gestantes). Deverão ser livres de arestas ou saliências potencialmente perigosas, em caso de súbitas desacelerações ou de quebra dos mesmos.

Todos os bancos serão providos de um protetor de cabeça individual com comprimento mínimo de 180mm, revestido do mesmo material de acabamento dos bancos, não possuindo extremidades contundentes, garantindo conforto e segurança na absorção de impactos. Na área reservada deverá ser disponibilizado também o protetor de cabeça (recosto superior) com altura regulável, confeccionado em espuma moldada/injetada ou material similar, revestido no mesmo tecido das poltronas, instalado a uma altura de 1200mm do chão, com regulagem de 200mm para cima ou para baixo. Poderá ser adotado um acessório acoplado na parte posterior da cadeira (manoplas), desde que atenda aos requisitos acima.

## **H) Piso do Veículo**

Carpete ou material similar,

## **I) Janelas**

Com exceção das áreas envidraçadas indispensáveis à dirigibilidade do veículo, os demais vidros poderão ser escurecidos originalmente ou através de películas específicas (não refletivas) que proporcionem transparência mínima de 50% para visibilidade de dentro para fora do veículo, em conformidade às Resoluções do CONTRAN.

## **9.2 - Para o serviço de taxi em todas as modalidades, não será admitido veículo com as seguintes características ou equipamentos:**

I – Teto solar exceto nas condições previstas e constantes na Portaria nº 02/2020;

II - Conversível;

III - bagageiro externo, barras transversais, antenas ou qualquer outro dispositivo, mesmo que original de fábrica, que interfira na instalação ou visibilidade do retrovisor; sendo vedado o uso do bagageiro em serviço;

IV – Defletor frontal, aerofólios, saias, spoilers ou similar nas laterais, na dianteira, na traseira ou no teto, exceto os originais de fábrica;

V - turbo-Compressor, exceto original de fábrica;

VI - Película escurecedora de vidro, que esteja em desacordo com Resolução CONTRAN n.º 073/98 ou outra que vier a substituí-la, bem como a utilização de cortinas, telas ou qualquer outro material que dificulte a visão do interior do veículo;

VII - aspiração de ar do motor diferente da convencional;

VIII - engate e suporte de reboque, em desacordo com a legislação pertinente;

IX - protetor de pára-choque, exceto original de fábrica;

X – kit de Gás Natural Veicular em veículos cuja potência do motor seja inferior a 85 c.v. (oitenta e cinco cavalos-vapor);



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

XI - pneus remoldados ou ressolados, rodas com dimensões fora das especificadas pelo fabricante;

XII - dispositivo que corte o combustível ou cause pane no veículo em movimento;

XIII – quebra-mato, mesmo original de fábrica;

XIV – pneu sobressalente fixado na parte externa do veículo, quando não original de fábrica;

XV – rebaixo de suspensão;

XVI – cano de descarga (escapamento esportivo).

## **10 – Dos critérios de classificação da proposta técnica e desempate**

10.1 - O julgamento das propostas realizar-se-á através da atribuição de pontos de acordo com os critérios a seguir discriminados:

### **10.2 - TÁXI CONVENCIONAL**

**01 – MOTORISTA** - Comprovação de tempo de domínio e conhecimento na execução da atividade de motorista (NT-1).

<b>Experiência</b>	<b>Pontos pela experiência</b>
Exercício da atividade como motorista de Taxi	03
Exercício da atividade como motorista de transporte de passageiros (escolar, fretamento, público, ônibus e micro-ônibus, particular)	02
Nunca atuou como motorista	00

**02 – MOTORISTA** - Comprovação de tempo de protocolo para solicitação de cadastro como taxista (NT-2).

<b>Tempo de protocolo para solicitação de cadastro de taxista</b>	<b>Pontos pelo tempo de protocolo para solicitação de cadastro de taxista, realizadas até a data de publicação do edital</b>	<b>Nº e data do protocolo</b>
Acima de 97 meses	05	
De 73 a 96 meses	04	
De 49 à 72 meses	03	
De 25 à 48 meses	02	
Até 24 meses	01	

**Anexar extrato do protocolo da Prefeitura Municipal de Indaiatuba**

**03 – MOTORISTA** – Conduta Infracional de trânsito na condução de veículo automotor (NT-03).

<b>Quantidade de autos de infração (no ano)</b>	<b>Pontos pela conduta infracional</b>
Nenhuma	03
01 à 02	02
03 à 04	01
Mais que 04	00

**Observação:** considera-se inabilitado Carteira Nacional de Habilitação suspensa ou com portaria conforme Certidão do PGU.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

**04 –VEÍCULO** - Ano de Fabricação do Veículo proposto, conforme Nota Fiscal ou CRLV (NT – 4), conforme tabela abaixo:

<b>Ano de fabricação do veículo proposto</b>	<b>Pontos pelo ano do veículo</b>
2026	10
2025	09
2024	08
2023	07
2022	06
2021	05
2020	04
2019	03
2018	02
2017	01

**05 – VEÍCULO** – Capacidade volumétrica do compartimento de cargas do automóvel proposto original de fábrica (NT-05).

<b>Capacidade Volumétrica do compartimento de cargas, considerando o mínimo de 05 bancos não rebatidos</b>	<b>Pontos pelo volume do bagageiro dos veículos</b>
Superior a 600 litros.	05
Maior ou igual a 501 até 600 litros	04
Maior ou igual a 451 até 500 litros	03
Maior ou igual a 351 até 450 litros	02
Até 350 litros	01

**06 – VEÍCULO** - Cilindradas do motor (NT-06)

<b>Cilindradas do automóvel proposto</b>	<b>Pontos pela cilindrada do automóvel proposto</b>
Acima de 1.800 c.c.	05
Acima de 1.600 c.c. até 1.800 c.c.	04
Acima de 1.400 c.c. até 1.600 c.c.	03
Acima de 1.000 c.c. até 1.400 c.c.	02
Igual ou menor a 1.000 c.c.	01

Para aferição desse item será consultado o CRLV do veículo.

**07 – VEÍCULO** – Combinação Ar condicionado e vidro elétrico (NT-07)

<b>Combinação de requisitos Ar Condicionado e vidros elétricos</b>	<b>Pontos por Ar condicionado e vidros elétricos</b>
Com ar condicionado e vidro elétrico em todas as portas	04
Com ar condicionado e vidro elétrico somente nas portas dianteiras	03
Somente ar condicionado	02
Somente vidros elétricos	01

**08 – VEÍCULO (SEGURANÇA)** – sistema de proteção de freios – ABS (NT-08)

<b>Sistema de proteção de freios – ABS</b>	<b>Pontos pelo sistema de proteção de freios - ABS</b>
Freio com sistema ABS	04
Freios sem sistema ABS	02





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

09 – **VEÍCULO (SEGURANÇA)** – proteção por sistema de Air Bag original de fábrica (NT-09)

<b>Sistema Air Bag</b>	<b>Pontos pelo sistema de Air Bag</b>
Air Bags duplos frontais e Air Bags traseiros	04
Air Bags duplos frontais (motorista e passageiro)	03
Air Bag só para motorista	02
Sem Air Bag	01

10.3 - A comprovação dos itens de pontuação do veículo se dará por meio de inspeção técnica e por verificação do manual do veículo emitido pelo fabricante.

10.4 – O Departamento de Transportes, determinará a Nota Final de cada LICITANTE habilitado mediante o somatório de sua pontuação técnica referente a respectiva vaga.

10.5 - A classificação dos licitantes far-se-á pelo critério da contagem de pontos de cada um dos itens, sendo atribuído em cada item UMA única pontuação, de acordo com os critérios estabelecidos no item 10 deste Termo de Referência.

10.6 - Os licitantes serão classificados em ordem decrescente do número de pontos obtidos no julgamento das propostas. O maior número de pontos corresponderá ao 1 (primeiro) classificado e assim, sucessivamente, até o preenchimento de todas as vagas.

10.7 - A classificação final excedente será considerada como cadastro com validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período a critério do Poder Público visando preenchimento de futuras vagas.

## **11 – Do critério de desempate**

11.1 - Ocorrendo empate no resultado final, conforme art. 60, da Lei nº 14.133/2021, aplicar-se-á para o desempate, a pontuação do capítulo 10, subitem 10.2, item 1, e subsequente o item 2. Persistindo o empate terá preferência quem tiver protocolado o processo primeiro do item 2, terá o direito escolher o ponto como primeiro classificado.

11.2 - Não serão levadas em consideração, vantagens não previstas neste edital, nem ofertas sobre as propostas de outras licitantes.

11.3 - Homologada a licitação, e adjudicado seu objeto, a contratação será formalizada por meio da lavratura de **Termo de Permissão**.

## **12- Do Procedimento e Fundamento Legal**

12.1 - O procedimento de seleção da melhor proposta, nos termos deste Termo de Referência, será conduzido pela Comissão Permanente de Licitações, ouvidos os órgãos técnico e jurídico do Município.

12.2 - As propostas serão recebidas no Departamento de Protocolo da Prefeitura sito à Avenida Engenheiro Fábio Roberto Barnabé nº 2800, Jardim Esplanada II, nesta Cidade, até às 09:00 horas do mesmo dia estabelecido na licitação, impreterivelmente, mediante protocolo com horário expresso.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

## **ANEXO II**

### **PADRÃO VISUAL E ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO VEÍCULO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONFORME INCISO II DO ARTIGO 25º DO DECRETO 13.798/2021**

#### **1 – PADRÃO VISUAL – ESTILIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO PARA VEÍCULO TÁXI – Anexo ao Decreto nº 13.798/2019.**

#### **2 – ESPECIFICAÇÕES**

##### **2.1 - TÁXI CONVENCIONAL**

I - Capacidade máxima de até 07 (sete) lugares incluindo o motorista;

II – Possuir 04 (quatro) portas mais porta malas;

III - Ano máximo de utilização de 10 (dez) anos contados da fabricação;

IV - Capacidade disponível do porta-malas igual ou superior a 290 litros livres do volume total (conforme manual de especificação do fabricante disposto no manual do veículo);

V - Cor do veículo prata original de fábrica;

#### **A) Vistoria Técnica**

Todo e qualquer veículo a ser vinculado à frota operacional do Município de Indaiatuba será submetido à vistoria técnica do Departamento de Transportes – DT, objetivando constatar a conformidade em relação a estas especificações, exigidas à época de sua fabricação e/ou entrega, complementadas por inspeção dos itens de segurança que estão afetos à dirigibilidade, frenagem, estabilidade e aos padrões de emissão de poluentes inclusive com a realização de ensaios, caso necessário.

No caso da impossibilidade técnica de realização dos mesmos, o fabricante do item analisado estará sujeito a apresentar, quando solicitado pelo Departamento de Transportes – DT, laudos comprobatórios, emitidos por Institutos / Laboratórios idôneos.

Vistorias técnicas com as mesmas características serão efetuadas pelo Departamento de Transportes – DT anualmente, em toda a frota operacional ou individualmente sempre que julgar necessário, com o objetivo de garantir a qualidade dos veículos durante toda a sua vida útil e atendimento ao Código de Transito Brasileiro – CTB, Normas Técnicas aplicadas e legislação municipal em especial ao Decretos Municipais 13.798/2019 e 14.432/2021 e Lei Municipal 5.669/2009 conforme Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, IC nº 14.0287.0001509/2014-2.

#### **B) Regulamentação Técnica**

Devem ser atendidas todas as Resoluções, Normas Técnicas e Legislações pertinentes, em especial aquelas específicas à indústria de fabricação, trânsito brasileiro, emissão de poluentes e transporte público nos níveis federal, estadual e municipal, considerando-se inclusive suas atualizações como a Lei Municipal 5.669/2009 conforme Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, IC nº 14.0287.0001509/2014-2.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

Em especial devem ser atendidas, obrigatoriamente, as disposições e respectivas atualizações das Resoluções do CONTRAN, relativas à resistência estrutural e segurança dos veículos de fabricação nacional e estrangeira, bem como suas outras determinações.

## **C) Desenvolvimento de Novas Tecnologias**

Poderão ser implementadas ao projeto do veículo, além dos elementos já exigidos neste documento, novas tecnologias que visem o conforto, segurança, desempenho, durabilidade, redução da emissão de poluentes, além da otimização de recursos humanos e materiais

As novas tecnologias devem comprovar vantagens sobre as aqui exigidas, devendo ser submetidas à prévia aprovação do Departamento de Transportes – DT, com vistas à verificação quanto à operacionalidade.

A Administração Pública Municipal, através do órgão responsável pela Coordenação de Transporte Público, poderá adotar a qualquer tempo, equipamentos embarcados e outras formas de controle, documentais e não documentais, as quais serão previamente notificadas aos Permissionários, que servirão como fontes de informações para medições, controle de qualidade, remuneração e planejamento dos serviços.

## **D) Especificações Técnicas Básicas**

Além das Resoluções, Normas Técnicas e Legislações vigentes, serão exigidas de cada veículo características específicas para melhor atender aos requisitos de conforto, segurança, mobilidade, acessibilidade e velocidade de embarque e desembarque de passageiros.

Os veículos originais de fábrica, devem possuir equipamentos que atendam tanto à legislação vigente quanto às especificações exigidas. As adaptações necessárias para o enquadramento do veículo a esse Manual sofrerão destaque nas avaliações para vinculação e classificação do veículo nessa modalidade de transporte, bem como das inspeções futuras.

## **E) Tipos de Veículo**

**Comum** - Veículo convencional, de 04 (quatro) portas com **capacidade para até 07 (sete) lugares**, sendo motorista mais 06 (seis) passageiros, com características de conforto e segurança similares aos modelos de veículos de passeio.

## **F) Compartimento dos Passageiros**

Na área reservada, a altura interna mínima, medida entre a face interior do teto e o assoalho no centro do veículo deve ser de 1350mm.

Os materiais utilizados para revestimento interno do teto, laterais e anteparos deverão ter características de retardamento à propagação de fogo e não deverão produzir farpas em caso de rupturas, devendo proporcionar ainda, isolamento acústico nas condições de operação especificadas e isolamento térmico no caso do revestimento do teto. Não será admitido qualquer material metálico, no revestimento das laterais e anteparos.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

## **G) Bancos de Passageiros**

Todos os bancos devem ser posicionados de forma a facilitar o acesso e acomodação de todos os usuários, levando em consideração tanto a grande diversidade de biotipos como também as pessoas com dificuldades de movimentação/locomoção (idosos, pessoas obesas e gestantes). Deverão ser livres de arestas ou saliências potencialmente perigosas, em caso de súbitas desacelerações ou de quebra dos mesmos.

Todos os bancos serão providos de um protetor de cabeça individual com comprimento mínimo de 180mm, revestido do mesmo material de acabamento dos bancos, não possuindo extremidades contundentes, garantindo conforto e segurança na absorção de impactos. Na área reservada deverá ser disponibilizado também o protetor de cabeça (recosto superior) com altura regulável, confeccionado em espuma moldada/injetada ou material similar, revestido no mesmo tecido das poltronas, instalado a uma altura de 1200mm do chão, com regulagem de 200mm para cima ou para baixo. Poderá ser adotado um acessório acoplado na parte posterior da cadeira (manoplas), desde que atenda aos requisitos acima.

## **H) Piso do Veículo**

Carpete ou material similar

## **I) Janelas**

Com exceção das áreas envidraçadas indispensáveis à dirigibilidade do veículo, os demais vidros poderão ser escurecidos originalmente ou através de películas específicas (não refletivas) que proporcionem transparência mínima de 50% para visibilidade de dentro para fora do veículo, em conformidade às Resoluções do CONTRAN.

## **3 - Para o serviço de táxi em todas as modalidades, não será admitido veículo com as seguintes características ou equipamentos:**

I – Teto solar exceto nas condições previstas e constantes na Portaria nº 02/2020;

II - Conversível;

III - Bagageiro externo, barras transversais, antenas ou qualquer outro dispositivo, mesmo que original de fábrica, que interfira na instalação ou visibilidade do retrovisor; sendo vedado o uso do bagageiro em serviço;

IV – Defletor frontal, aerofólios, saias, spoilers ou similar nas laterais, na dianteira, na traseira ou no teto, exceto os originais de fábrica;

V - Turbo-Compressor, exceto original de fábrica;

**VI - Película escurecedora de vidro, que esteja em desacordo com Resolução CONTRAN n.º 073/98 ou outra que vier a substituí-la, bem como a utilização de cortinas, telas ou qualquer outro material que dificulte a visão do interior do veículo;**

VII - aspiração de ar do motor diferente da convencional;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

VIII - engate e suporte de reboque, em desacordo com a legislação pertinente;

IX - protetor de pára-choque, exceto original de fábrica;

X – kit de Gás Natural Veicular em veículos cuja potência do motor seja inferior a 85 c.v. (oitenta e cinco cavalos-vapor);

XI - pneus remoldados ou ressolados, rodas com dimensões fora das especificadas pelo fabricante;

XII - dispositivo que corte o combustível ou cause pane no veículo em movimento;

XIII – quebra-mato, mesmo original de fábrica;

XIV – pneu sobressalente fixado na parte externa do veículo, quando não original de fábrica;

XV – rebaixo de suspensão;

XVI – cano de descarga (escapamento esportivo).

## **Padronização e Estilização e caracterização para veículos TAXI**

### **Cor do Veículo**

Todos os veículos deverão manter a cor predominante “**Prata**” e os adesivos deverão seguir os padrões descritos abaixo.

### **Adesivos das Portas Dianteiras**



**TAXI**  
**INDAIATUBA - SP**

Os adesivos das portas dianteiras deverão seguir exatamente as medidas do modelo apresentado, (15 cm de altura por 47 cm de largura), sendo que deverá ser escrito na fonte **Helvetica Neue LT Std 75 Bold** e na cor azul (RGB #000066), o Brasão do Município deverá ser na cor original, ter as medida de **15** cm de altura por **13,5** cm de largura, contendo após o Brasão a palavra **TAXI** em destaque e logo abaixo o a palavra **INDAIATUBA - SP** Seu posicionamento deverá ser exatamente ao centro das portas dianteiras do veículo.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

### Adesivos dos prefixos laterais

001

Os adesivos dos prefixos laterais deverão seguir exatamente as medidas do modelo apresentado, (09 cm de altura por 18 cm de largura), sendo que deverá ser escrito na fonte **Helvetica Neue LT Std 75 Bold** e na cor azul (RGB #000066), contendo o número correspondente ao prefixo do taxi. Seu posicionamento deverá ser imediatamente após o espaçamento entre a porta e o para-lamas dianteiro, com espaçamento adequado, conforme layout apresentado.

### Adesivo Traseiro

**TAXI 001**

COMO ESTOU DIRIGINDO

**0800 770 7702**

Os adesivos traseiros deverão seguir exatamente as medidas do modelo apresentado, (15 cm de altura por 40 cm de largura), sendo que deverá ser escrito na fonte **Helvetica Neue LT Std 75 Bold** e na cor azul (RGB #000066), contendo em destaque a palavra **TAXI** seguida do prefixo do veículo e abaixo a frase “**Como estou dirigindo?**” e na sequência o telefone “**0800 770 7702**”. Seu posicionamento deverá ser exatamente ao centro da metade direita do porta-malas e alinhado à parte superior das lanternas do veículo.

### Objetos de Referência

### Adesivos das Portas Dianteiras



**TAXI**  
**INDAIATUBA - SP**

15 cm alt.

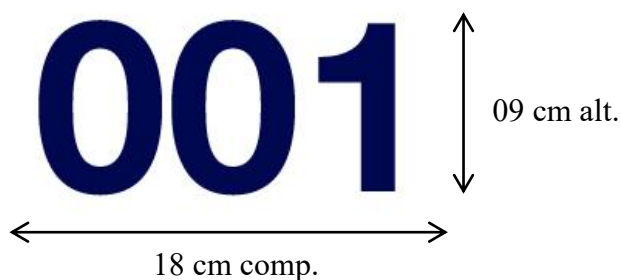
47 cm comp.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

## Adesivos dos prefixos das laterais dianteiras



## Adesivo Traseiro



## Simulações

### Simulação Lateral



Design e Layout by Silas R. Leite - 2020



# PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

## Simulação Frontal



## Simulação Traseira



Link para download da fonte True Type: **Helvetica Neue LT Std 75 Bold**

<https://br.maisfontes.com/helvetica-neue-lt-std-75-bold>



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

## **ANEXO III**

### **TERMO DE COMPROMISSO DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULO**

#### **CONVENCIONAL**

Declaro perante a Comissão de Licitação da Concorrência Pública nº .../2026 para a execução do serviço de utilidade pública de transporte individual de passageiros em veículos automotores de aluguel táxi, que me comprometo, sob pena de desclassificação, a apresentar o veículo discriminado abaixo no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data de assinatura do Termo de Outorga de Permissão, para apresentação do mesmo, observando o disposto na legislação municipal, estando de posse deste à época da convocação para vistoria e assinatura do Termo de Permissão.

a) Comprovação de tempo de domínio e conhecimento na execução da atividade de motorista.

	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
Exercício da atividade como motorista de Táxi		
Exercício da atividade como motorista de transporte de passageiros (escolar, fretamento, público, ônibus e micro-ônibus, particular)		
Nunca atuou como motorista		

**Todos atestados ou cópia da Carteira de Trabalho da Previdência Social serão encaminhados ao Ministério Público do Trabalho.**

b) Comprovação de tempo de protocolo para solicitação de cadastro como taxista.

<b>Tempo de protocolo para solicitação de cadastro de taxista</b>		<b>Nº e data do protocolo</b>
Acima de 97 meses		
De 73 a 96 meses		
De 49 à 72 meses		
De 25 à 48 meses		
Até 24 meses		

Anexar extrato de protocolo junto à Prefeitura Municipal de Indaiatuba

c) Conduta Infracional como motorista – quantidade autos de infração (no ano)

<b>Quantidade de autos de infração (no ano)</b>	
Nenhuma	
01 à 02	
03 à 04	
Mais que 04	

Anexar pesquisa de pontuação expedido eletronicamente pelo site do DETRAN/SP ou pelo DETRAN/Ciretran de Indaiatuba.

d) Ano de fabricação, conforme CRVL do veículo: .....

<b>Ano de fabricação do veículo proposto</b>	
2026	
2025	
2024	



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

2023	
2022	
2021	
2020	
2019	
2018	
2017	

Ano máximo de utilização de **dez anos** contados da fabricação

e) Capacidade disponível do porta-malas: .....litros (conforme disposto no manual do veículo).

<b>Capacidade Volumétrica do compartimento de cargas, considerando o mínimo de 05 bancos não rebatidos</b>	
Superior a 600 litros.	
Maior ou igual a 501 até 600 litros	
Maior ou igual a 451 até 500 litros	
Maior ou igual a 351 até 450 litros	

f) Cilindradas do motor:.....CV (conforme disposto no CRVL do veículo)

<b>Cilindradas do automóvel proposto</b>	
Acima de 1.800 c.c.	
Acima de 1.600 c.c. até 1.800 c.c.	
Acima de 1.400 c.c. até 1.600 c.c.	
Acima de 1.000 c.c. até 1.400 c.c.	
Igual ou menor a 1.000 c.c.	

g) Combinação ar condicionado e vidros elétricos

<b>Combinação de requisitos Ar Condicionado e vidros elétricos</b>	
Com ar condicionado e vidro elétrico em todas as portas	
Com ar condicionado e vidro elétrico somente nas portas dianteiras	
Somente ar condicionado	
Somente vidros elétricos	

h) sistema de proteção de freios – ABS

<b>Sistema de proteção de freios – ABS</b>	
Freio com sistema ABS	
Freios sem sistema ABS	

i) proteção por sistema de Air Bag original de fábrica.

<b>Sistema Air Bag</b>	
Air Bags duplos frontais e Air Bags traseiros	
Air Bags duplos frontais (motorista e passageiro)	
Air Bag só para motorista	

j) Capacidade Máxima do Veículo: até 07 (sete) lugares, incluindo o motorista.

k) Veículo na cor prata original de fábrica ( ) SIM ( ) NÃO



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

I) Possui 04 (quatro) portas mais porta malas ( ) SIM ( ) NÃO

**OBS.: 1:** O licitante que optar por um veículo zero quilômetro, deverá escrever no campo relativo ao ano de fabricação que o veículo é 0 (zero) KM e no ato da vistoria inicial, para iniciar a prestação do serviço de transporte individual de passageiros, deverá apresentar comprovante de compra (Nota Fiscal) e primeiro emplacamento com data posterior à data de notificação expedida pelo Município.

**OBS.: 2:** Todos os itens, com exceção do item a), deverão ser informados, sob pena de desclassificação.

**OBS.: 3:** Somente poderão ser utilizados no serviço de táxi, veículos com capacidade máxima de 7 (sete) lugares, incluindo o motorista, respeitadas as especificações do Conselho Nacional de Trânsito e dos Decretos Municipais 13.798/2019 e 14.432/2021, cujo tempo de fabricação será calculado com base no dia 31 de dezembro de cada ano.

OBS 4: A capacidade disponível do porta-malas corresponde à capacidade original do veículo, e/ou à capacidade restante disponível, no caso da existência de GNV, devendo neste último caso ser apresentado laudo técnico atestando o espaço disponível remanescente.

Indaiatuba, ..... de ..... de .

ASSINATURA DO LICITANTE: \_\_\_\_\_

NOME DO LICITANTE: \_\_\_\_\_



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

## **ANEXO IV**

### **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

#### **CONCORRÊNCIA Nº 001/2026**

**OBJETO:** Outorga de Permissão para execução de serviço de utilidade pública de transporte individual de passageiros em veículos automotores de aluguel - Taxi.

A \_\_\_\_\_(nome pessoa física licitante)\_\_\_\_\_, residente à \_\_\_\_\_(endereço completo)\_\_\_\_\_, inscrita no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_( nº / órgão expedidor)\_\_\_\_\_, que subscreve a presente, DECLARA, sob as penas da lei, que está proponente:

a) não está sujeita a suspensão temporária de seu direito de participar de licitações ou contratar com a Administração Pública do Município de Campinas, por sanção aplicada nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou a qualquer título;

b) não se encontra sujeita aos efeitos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou a qualquer título, firmada em qualquer das esferas da Federação.

E, ainda, que não existe qualquer fato impeditivo à habilitação da licitante, ou à sua contratação com a Administração Pública, por atender integralmente as condições exigidas para sua habilitação, nos termos previstos no presente edital e na legislação em vigor.

Comprometendo-nos a informar a ocorrência de fato superveniente impeditivo da habilitação da licitante e da qualificação exigidas pelo edital.

Assim sendo, para os fins que se fizerem de direito, e por possuir poderes legais para tanto, firmo a presente.

Indaiatuba, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_

Nome/R.G.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

## **ANEXO V**

### **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADE PROFISSIONAL DO LICITANTE À CONDIÇÃO DE PERMISSIONÁRIO**

ASSINALE ABAIXO A(S) SUA(S) CONDIÇÃO(ÕES):

(.....) Declaro, sob as penas da lei, que não sou servidor da Administração Pública Direta do Município de Indaiatuba;

( ) Declaro, sob as penas da lei, que não sou servidor público da Administração Direta ou Indireta, da União, Estado ou Município, ativo ou licenciado.

( ) Declaro, sob pena de desclassificação na Concorrência Pública nº .../2026, que não possuo, atualmente, qualquer permissão pública conforme situação descrita no Edital.

( ) Declaro não ter tido a permissão ou registro de condutor cassado no serviço de transporte individual ou coletivo de passageiros nos últimos oito (8) anos.

( ) Declaro não ter transferido a permissão do serviço de transporte individual ou coletivo de passageiros após a publicação dos Decretos Municipais 13.798/2019 e 14.432/2021, ocorrido em 14 de outubro de 2019 e 20 de dezembro de 2021, respectivamente.

Indaiatuba, de.

ASSINATURA DO LICITANTE: \_\_\_\_\_

NOME DO LICITANTE: \_\_\_\_\_





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

## **ANEXO VI**

### **DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ANUÊNCIA AOS TERMOS DO EDITAL**

Declaro, sob pena de inabilitação, que aceito, incondicionalmente, os termos do Edital e seus Anexos, referente à Concorrência Pública nº 001/2026 e que tenho pleno conhecimento do objeto licitado, não havendo quaisquer dúvidas que venham ocasionar controvérsias acerca do certame.

Indaiatuba, de

ASSINATURA DO LICITANTE: \_\_\_\_\_

NOME DO LICITANTE: \_\_\_\_\_



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

## **ANEXO VII**

### **DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE QUANTO A TRABALHO DE MENORES**

Prezados senhores,

Em atendimento ao disposto no Edital de Concorrência nº 001/2026, o(a) \_\_\_\_\_ - (doravante denominado "LICITANTE"), abaixo assinado, DECLARO, sob as penas da Lei, por si e por seus sucessores, que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não utilizando trabalho de menores de idade em desconformidade com a legislação brasileira vigente, salvo na condição de menor aprendiz.

Atenciosamente,

(assinatura do licitante)

(qualificação deste)



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

## **ANEXO VIII**

### **DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS EM SOLO NOS PONTOS DE TAXIS PARA DISTRIBUIÇÃO DE NOVOS PERMISSIONÁRIOS DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS AUTOMOTORES DE ALUGUEL – TAXI NO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA**

<b>Nº PONTO</b>	<b>LOCAL DO PONTO</b>	<b>QUANT. VAGAS DO PONTO</b>	<b>VAGAS DISPONÍVEIS</b>
03	PRAÇA ANDREIA MARIA BONACHELLA - Rua dos Indaiás, Vila Costa e Silva	03	02
09	AVENIDA VISCONDE DE INDAIATUBA (VILA VITÓRIA) – Hospital Dia	03	01
11	PRAÇA TENENTE JOSÉ TANCLER (antiga Praça do Tejusa) - Rua Rêmulo Zoppi, Vila Georgina	05	01
12	HOTEL TRAVEL INN WISE (antigo Ponto do C.E.T) - Rua Pará	05	01
14	TERMINAL ÁRIO BARNABÉ - Avenida Ario Barnabé, S/Nº,	03	01
15	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24H) - Avenida Engenheiro Fábio Roberto Barnabé, Praça do Lago, Jardim Morada do Sol	06	02
16	PARQUE ECOLÓGICO – FEIRA DE ORGÂNICO – Rua Ana Nunes da Rocha	06	02
17	PARQUE TEMÁTICO - Parque Ecológico, Av. Eng.º. Fabio Roberto Barnabé, em frente ao nº 4012, Jardim Monte Verde	05	02
18	DISTRITO INDUSTRIAL - próximo a Creche e Terminal Urbano, Rua Antônio Barnabé, S/Nº, Distrito Industrial	06	02
23	AV. CLOVIS FERRAZ DE CAMARGO – Padaria Gianini - Av. Clóvis Ferraz de Camargo, Residencial Campo Bonito	03	01

**TOTAL = 15**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

## **ANEXO IX**

IX – PORTARIA Nº 002/2020 de 22 DE ABRIL DE 2020 - PROCEDIMENTOS PARA HOMOLOGAÇÃO DOS MODELOS DE VEÍCULOS PARA OPERAÇÃO NO SISTEMA DE TRANSPORTE INDIVIDUAL REMUNERADO DE PASSAGEIOS NA MODALIDADE TÁXI

**(SEGUE EM ARQUIVO SEPARADO)**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

## **ANEXO X**

**MINUTA 01/26**

**TERMO DE PERMISSÃO Nº. \_\_\_\_/2026**

O Município de Indaiatuba, com sede à Av. Engº Fábio Roberto Barnabé, 2.800, Jardim Esplanada II, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **CUSTÓDIO TAVARES DIAS NETO**, brasileiro, casado, dentista, portador do RG nº 54.403.044-8 e do CPF nº 004.111.496-52, e pelo Secretário Municipal de Mobilidade Urbana **DIEGO SANTOS VIDO FARIA**, brasileiro, casado, portador do RG nº 353346111 e CPF nº 332.030.058-08, doravante designado simplesmente poder **PERMITENTE** e de outro lado, Sr. \_\_\_\_\_, portador do RG. n.º \_\_\_\_\_ e do CPF. n.º \_\_\_\_\_, endereço Rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_ – Bairro \_\_\_\_\_, Indaiatuba/SP – CEP \_\_\_\_\_, Fone (19) \_\_\_\_\_, E-mail \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **PERMISSIONÁRIO(A)**, ajustam e convencionam as obrigações e compromissos recíprocos que assumem, em consonância com a Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, da Lei Federal nº 8.987/95, Decretos Municipais nº 13.798/2019 e 14.432/2021 e Lei Municipal 5.669/2009 e demais normas aplicáveis, bem como pelas deste edital e de seus anexos, que dispõe sobre as normas para execução dos serviços de transporte individual de passageiros em veículos automotores de aluguel – Taxi, mediante a **Concorrência nº \_\_\_\_/2026**, Processo nº 26033/2025, nos termos das cláusulas e condições que seguem:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a **Outorga de Permissão** para exploração e execução do serviço de utilidade pública de transporte individual de passageiros em veículos automotores de aluguel - Táxi, modalidade convencional, executado no Município sob regime de permissão sempre a título precário e gratuito, outorgado por Decreto do Poder Executivo e consubstanciado pelo Certificado de Permissão, com tarifa atual fixada pelo Decreto 14.454 de 27 de janeiro de 2022, conforme condições estabelecidas neste edital e seus anexos, as quais deverão ser rigorosamente obedecidas. O quantitativo de vagas ofertadas é de 15 (quinze) vagas, sendo distribuídas da seguinte maneira:

- a) Táxi convencional - 01 (um) lote composto de 15 (quinze) vagas, sendo que cada vaga será distribuída individualmente para cada pessoa física e/ou microempreendedor Individual – MEI, vencedor do certame.

Das vagas existentes



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

Distribuição das vagas em solo nos pontos de Taxis para distribuição de novos permissionários do Serviço de Transporte de Passageiros em Veículos Automotores de Aluguel – Táxi no Município de Indaiatuba.

<b>Nº PONTO</b>	<b>LOCAL DO PONTO</b>	<b>QUANT. VAGAS DO PONTO</b>	<b>VAGAS DISPONÍVEIS</b>
03	PRAÇA ANDREIA MARIA BONACHELLA - Rua dos Indaiás, Vila Costa e Silva	03	02
09	AVENIDA VISCONDE DE INDAIATUBA (VILA VITÓRIA) – Hospital Dia	03	01
11	PRAÇA TENENTE JOSÉ TANCLER (antiga Praça do Tejusa) - Rua Rêmulô Zoppi, Vila Georgina	05	01
12	HOTEL TRAVEL INN WISE (antigo Ponto do C.E.T) - Rua Pará	05	01
14	TERMINAL ÁRIO BARNABÉ - Avenida Ario Barnabé, S/Nº	03	01
15	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24H) - Avenida Engenheiro Fábio Roberto Barnabé, Praça do Lago, Jardim Morada do Sol	06	02
16	PARQUE ECOLÓGICO – FEIRA DE ORGÂNICO – Rua Ana Nunes da Rocha	06	02
17	PARQUE TEMÁTICO - Parque Ecológico, Av. Eng.º. Fabio Roberto Barnabé, em frente ao nº 4012, Jardim Monte Verde	05	02
18	DISTRITO INDUSTRIAL - próximo a Creche e Terminal Urbano, Rua Antônio Barnabé, S/Nº, Distrito Industrial	06	02
23	AV. CLOVIS FERRAZ DE CAMARGO – Padaria Gianini - Av. Clóvis Ferraz de Camargo, Residencial Campo Bonito	03	01

1.2 - A outorga de permissão do serviço de utilidade pública de transporte individual de passageiros em veículos automotores de aluguel - táxi será executada a partir da data da assinatura do termo de permissão, desde que mantidos os requisitos legais.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

1.3. O gestor do Termo de Permissão será o servidor Silvio Roberto Lima, da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana.

1.3.1. Gestor da outorga é a representante da administração pública responsável por gerenciar a permissão. É sua atribuição principal garantir que as obrigações contratuais sejam cumpridas segundo os termos estabelecidos, verificando o cumprimento das condições pactuadas, analisando e autorizando os pagamentos devidos, entre outras atividades relacionadas à gestão contratual.

1.4. O fiscal do Termo de Permissão será o servidor Hécio Amorim Pereira, da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana

1.4.1. O fiscal acompanha de perto a execução da permissão, ele deve fiscalizar o desenvolvimento dos trabalhos, solicitar correções ou ajustes quando necessário e emitir relatórios de acompanhamento para subsidiar o gestor do contrato em suas decisões.

1.5. Quando da substituição do gestor/fiscal, o Secretário da pasta assumirá essa responsabilidade, enquanto não seja efetuada essa alteração por meio de Ofício; bem como, a substituição do fiscal, será indicada através do Secretário da pasta.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DA PERMISSÃO DE EXPLORAÇÃO**

2.1 – A presente permissão terá vigência a partir da assinatura do termo de permissão, desde que atenda às exigências da legislação vigente.

2.2. – O alvará de permissão para exploração do serviço de utilidade pública de transporte individual de passageiros em veículos automotores de aluguel táxi, deverá ser renovado anualmente e/ou conforme legislação aplicável, ficando o permissionário responsável pelas penalidades previstas na legislação em caso de não cumprimento da obrigação.

2.3 – Em caso de desistência, ou se revogada a permissão, esta retornará ao Município e seu novo preenchimento obedecerá a ordem de classificação do procedimento licitatório, caso ainda esteja na validade, ou realizada nova licitação se a validade tiver vencido, atendidas as exigências legais e regulamentares.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

2.3.1 – Em atendimento ao Decreto 14.432/2021 de 20 de dezembro de 2021, fica vedada a Transferência da Permissão.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DA PERMISSÃO**

3.1 - A Permissão regular-se-á pelas cláusulas previstas no Edital, pela proposta técnica, pelas Leis Federais nº 8987/95 e nº 8666/93 com suas alterações, pelo Decreto Municipal nº 13.798/2019 e suas respectivas alterações no Decreto Municipal nº 14.432/2021, que regulamentam a exploração do serviço de utilidade pública de transporte individual de passageiros em veículos automotores de aluguel – Táxi, Lei Municipal 5.669/2009 conforme Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, IC nº 14.0287.0001509/2014-2.

3.2 – Os requisitos obrigatórios do veículo, referentes as características técnicas apresentadas pelo licitante somente poderão ser alterados em relação aos itens de capacidade volumétrica do compartimento de cargas e cilindradas do motor, mediante processo administrativo, em casos devidamente justificados, como utilização de carros menos poluentes com melhores condições de segurança e conforto aos passageiros, garantido sempre o equilíbrio econômico-financeiro da outorga, cuja substituição solicitada fica a inclusão de veículo com idade máxima de 01 (um) ano, conforme disposto no artigo 14º do Decreto 13.798/2019.

3.2.1. Os veículos a serem utilizados no serviço deverão atender ao disposto no art. 25 do Decreto Municipal nº 13798/2019;

3.2.2. O veículo deverá ser emplacado e licenciado no Município de Indaiatuba/SP.

3.3 – O novo permissionário bem como o motorista auxiliar deverá realizar o curso de qualificação, previsto no parágrafo 2º do artigo 8º do Decreto Municipal 13.978/2019, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a outorga da permissão.

3.4 – É terminantemente vedado transferir, ceder, doar, dar em comodato, alugar, arrendar ou comercializar total ou parcialmente a permissão outorgada, sob qualquer argumento ou circunstância, tendo em vista o disposto no art. 175 da Constituição da República, artigo 8º do Decreto Municipal 13.978/2019, Decreto 14.432/2021, bem como em consideração aos princípios constitucional-administrativos da isonomia, impessoalidade, moralidade e obrigatoriedade em licitar.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

3.5 - As despesas com instalação e manutenção dos abrigos de táxi, conforme parágrafo 4º do Art. 39º, do Decreto Municipal 13.798/2019, serão de exclusiva responsabilidade dos permissionários neles lotados,

## **CLÁUSULA QUARTA - DAS PENALIDADES**

4.1 – O atraso injustificado no início da atividade, que ocorrerá em até 120 (cento e vinte) dias conforme item IV do artigo 13º contados da assinatura do Termo de Outorga de Permissão, ou interrupção injustificada da atividade, ou infração às obrigações estipuladas, sujeitará o Permissionário às seguintes sanções, as quais serão aplicadas de acordo com a gravidade da infração:

I - Advertência por escrito;

II - Multa;

III – Apreensão do veículo;

IV – Suspensão do registro do condutor de taxi;

V – Cassação da permissão;

VI - Revogação da Permissão.

4.2 - A inexecução total ou parcial da Permissão ensejará na sua revogação, com as consequências prevista em Lei, cujos motivos são os previstos na Lei 8.666/93 e Legislação Municipal vigente sobre os serviços de taxi, no que couber.

4.3. As multas serão, após regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente, conforme previsão constante no art. 20 e Anexo I do Decreto Municipal 13.798/2019.

4.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

4.5. As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, não eximindo a empresa contratada de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar ao Contratante.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

4.6. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujo efeito não era possível evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

## **CLÁUSULA QUINTA - DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO**

5.1 - A Permissão será extinta por advento do termo contratual, caducidade, rescisão, anulação, insolvência ou incapacidade do titular, conforme art. 21 do Decreto Municipal 13.798/2019.

5.2 - A caducidade, será declarada pelo poder público, após a instauração de processo administrativo, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório, quando:

- I. Não realizar a renovação do certificado de permissão, no prazo assinalado;
- II. Houver cassação do registro de condutor de taxi do permissionário;
- III. O permissionário não cumprir as penalidades impostas por infrações nos prazos determinados;
- IV. O permissionário não atender a intimação do Poder Público no sentido de regularizar a prestação do serviço;
- V. O permissionário for condenado por sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais;
- VI. O permissionário for condenado por sentença penal transitada em julgado.

5.2.1 - Pelo atraso acumulado no pagamento de 03 (três) multas aplicadas ensejará o início de processo administrativo para declaração de caducidade, com fulcro no inciso III do parágrafo 1º do artigo 21º do Decreto Municipal 13.798/2019, após transcorrido o prazo concedido em notificação para corrigir as falhas apontadas.

## **CLÁUSULA SEXTA -DO FORO**

6.1. Fica eleito o Foro da Vara da Fazenda da Comarca de Indaiatuba, como o competente para dirimir qualquer questão oriunda do presente Termo de Permissão ou de sua execução.

E para constar é lavrado o presente Termo, o qual segue assinado pelas partes e testemunhas, dele recebendo uma via o Permissionário.

Indaiatuba,



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

**CUSTÓDIO TAVARES DIAS NETO**

p/ Permitente

**DIEGO SANTOS VIDO FARIA**

p/ Permitente

---

p/ permissionário

**Gestor:**

SILVIO ROBERTO LIMA

**Fiscal:**

HELICIO AMORIM PEREIRA

PC